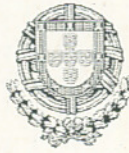


U.º Lúcio
401500
19.7.11



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número 7 /XII (1.ª) ac

PERGUNTA Número /X (.ª)

Expeça-se

Publique-se

11 10719

O Secretário da Mesa

Assunto: Privatização de um canal da televisão pública

Destinatário: Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares

Ex.º Sra. Presidente da Assembleia da República

A comunicação social representa um sector estratégico extraordinariamente sensível, que exige que a relação entre o Estado e os grupos empresariais com interesses neste domínio se pautem pela maior transparência. O próprio Senhor Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, afirmou durante a última campanha eleitoral que "o seu compromisso com Portugal é o da transparência absoluta".

Desde há muito tempo que o PSD defende a privatização da RTP. Já em 2007, o então Deputado social-democrata Agostinho Branquinho, (que entretanto deixou as funções parlamentares no final de 2010 para assumir responsabilidades no grupo de *media* Ongoing) defendia a privatização da RTP, alegando para isso os "custos excessivos do serviço público de televisão e a concorrência desleal" em relação aos canais privados.

O interesse dos grupos Cofina e Ongoing na privatização de um canal público de televisão são conhecidos. O então candidato a Primeiro-Ministro e presidente do PSD teve encontros com representantes destes grupos com interesses na comunicação social antes das eleições de 5 de Junho. Após as eleições, no dia 9 de Junho, a TVI noticiava que representantes daqueles dois grupos económicos estiveram durante toda a tarde desse dia na sede do PSD.

O programa do Governo reafirma a intenção de privatizar um dos canais públicos, ficando os restantes canais, incluindo a RTP-I e a RTP-África, "orientados para assegurar o serviço público".

Diz o programa do Governo que "o Grupo RTP deverá ser reestruturado também de maneira a obter-se uma forte contenção de custos operacionais já em 2012, criando assim condições tanto para a redução

significativa do esforço financeiro dos contribuintes quanto para o processo de privatização”.

Decorre do programa do Governo, portanto, que a reestruturação do Grupo RTP será feita por via de uma “forte contenção dos custos operacionais”, por um lado e, por outro, da privatização de um dos seus canais, o que certamente terá consequências no perfil de serviço público que daqui resultará.

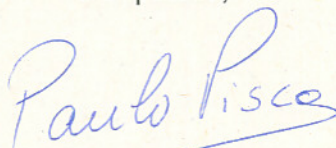
Assim, é do interesse geral que o Governo esclareça algumas questões relacionadas com a reestruturação do Grupo RTP e privatização de um dos seus canais, bem como o respectivo impacto no perfil e na qualidade do serviço público daí decorrente.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, requeiro ao Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares os seguintes esclarecimentos:

- Que tipo de contactos houve ou eventuais compromissos foram assumidos com os referidos grupos económicos interessados na privatização da RTP?
- Que impacto terá a “forte contenção de custos e a privatização de um canal público” nos canais internacionais (RTP-I e RTP-África), particularmente na linha editorial e nos conteúdos?
- Que definição de serviço público estará subjacente às emissões dos canais internacionais RTP-I e RTP-África?

Palácio de São Bento, 19 de Julho de 2011

O Deputado,



(Paulo Pisco)